

Resumo

A fábrica de lapidação de diamantes, inaugurada em meados dos anos 60, constituiu um exemplo máximo da qualificação urbana e arquitectónica alcançada através de um programa industrial de ponta, respondendo excepcionalmente aos desafios colocados pelo Plano Director de 1948.

A compreensão desta empresa tem de ser analisada numa estreita relação com as colónias, neste caso através das matérias-primas provenientes de Angola. Aos arquitectos coube o desígnio de projectarem um edifício que respondesse à riqueza inerente ao produto aí transformado, conciliando as linhas de produção, os paradigmas arquitectónicos defendidos pelo Movimento Moderno e a sua relação com a cidade. Com uma ambição de criarem um edifício modelar para as indústrias de lapidação de diamantes coevas existentes na Europa, os arquitectos Carlos Manuel Ramos e António Teixeira Guerra conceberam um edifício fabril que simbolizou, efectivamente, o paradigma da arquitectura industrial moderna, enquanto reflexo da evolução tecnológica associada à electricidade, devendo colocar-se a hipótese da sua classificação de âmbito nacional. ●

Abstract

The diamonds stoning factory, inaugurated in mid-60's, is the maximum example of urban and architectonic qualification achieved through an industrial edge program, exceptionally answering to the challenges put in practice by the Master Plan of 1948. The understanding of this company, must be analysed through a strait relation with the colonies, in this case by the access to the raw materials that came from Angola. The design of projecting a building that answers to the wealth of a product produced there was the task for the architects, which knew how to reconcile the producing lines, the architectonic paradigms defended by the modern movement and the relation with the city. With the ambition of creating a modular building for the diamonds stoning factory that existed in the same age in Europe, the architects Carlos Manuel Ramos and António Teixeira Guerra conceived a factory typology that symbolized, effectively, the modern industrial architecture, while reflecting the technological evolution associated to the electricity. It should be put in consideration the national classification of this factory. ●

Arbitragem Científica Peer Review

Ana Maria Cardoso Matos
Universidade de Évora

Paulo Oliveira Ramos
Universidade Aberta

palavras-chave

LISBOA
INDÚSTRIA
DIAMANTES
ARQUITECTURA
URBANISMO

key-words

LISBON
INDUSTRY
DIAMONDS
ARCHITECTURE
URBANISM

Data de Submissão
Date of Submission
Mar. 2013

Data de Aceitação
Date of Approval
Abr. 2014

DIALAP – O CONTRIBUTO DE UMA FÁBRICA DE LAPIDAÇÃO DE DIAMANTES NA MODERNIZAÇÃO DE LISBOA

DEOLINDA FOLGADO
DGPC
IHC-FCSH/NOVA

1. O reconhecimento de uma fábrica e o valor patrimonial

As máquinas permaneceram silenciosas durante aquela visita que realizara, no Verão de 1999, ao edifício da antiga Fábrica de Lapidação de Diamantes. Silenciosos e quietos, alguns sistemas operativos, as máquinas e as ferramentas aguardavam um novo destino que testemunhasse a sua importância no trabalho desenvolvido na única fábrica de lapidação de diamantes, com esta escala, que existira em Portugal. O fulgor desta indústria fora breve, menos de 30 anos. Uma das características da indústria, a sua efemeridade inerente à constante actualização tecnológica, não chegara contudo a perturbar o trabalho aí desenvolvido, pois a instalação dos sistemas operativos revestira-se das maiores exigências quanto à qualidade, eficiência e modernidade.

Muitas das máquinas deslocalizadas, quase na sua totalidade, encontravam-se no piso térreo da ala da antiga fábrica. A sua mudança realizara-se aquando da alteração do uso inicial deste espaço para sede dos serviços da Expo'98, permanecendo nessa secção fabril 5 anos, entre 1993 e 1998. A transferência prendera-se com a preservação imediata destes bens, perspectivando-se uma acção de salvaguarda



futura. Actuara-se com a prudência e a sabedoria suficientes, de modo a impedir que o desbaste já ocorrido em relação a alguns dos equipamentos industriais continuasse, e evitando uma perda total do património integrado ou móvel deste recinto fabril.

Durante os 5 anos em que o edifício fora sede administrativa da Expo'98 os equipamentos aí permaneceram, como numa casa forte, lado a lado com a imponente escada helicoidal que articula os três corpos do edifício. Quantas das milhares de pessoas que trabalharam neste edifício, durante esta fase, souberam da existência destas máquinas? E quantas suspeitaram que estavam a trabalhar numa fábrica? O edifício acolhera-os sem parcimónias, oferecendo-lhes uma modernidade atemporal.

Em 1999, nova fase se adivinhara para o conjunto edificado, sentindo-se, de novo, certa angústia, por parte de alguns dos corpos dirigentes da DIALAP, quanto ao destino das máquinas e equipamento diverso subsistentes. No “espaço-abrigo” descobriu serras; mesas de lapidação (com os respectivos discos, saídas de desperdício e acessórios); máquinas de desbaste; conjuntos de moldes de diamantes; espólio

Fig. 1 – DIALAP, maquete à escala 1/200, realizada por Ticiano Violante. AOS/CO/UL-38. DGLAB/TT.

¹ Muito sumariamente, as fases da lapidação do diamante desenrolam-se em 5 operações – serragem, desbaste, preparação e pré-acabamento, polimento e classificação. Os equipamentos ainda existentes no edifício da DIALAP, em 1999, testemunhavam esta cadeia operatória, alguns em fase de desmontagem (bancadas das oficinas de serragem, de lapidação ou de desbaste), sendo que ainda permaneciam outros bens como – suporte com discos de lapidação; saco com acessórios de lapidação; um laser para serragem e corte de pedras de marca SMMIT-DANNA (USA) e respectivos acessórios; dois pequenos cofres de transporte de diamantes internos; equipamento vário de laboratório para lavagens e fabrico de pastas; crivos; balanças; envelopes para diamantes; lupas; microscópios; etc., etc.

² O projecto ficou a cargo do arquitecto Vitor Lopes dos Santos.

fotográfico, uma bancada de serrar e lapidar, sendo que alguns destes equipamentos ainda se encontravam *in situ*¹.

Apesar das preocupações havidas quanto à salvaguarda destes bens, desconhecia a existência de uma qualquer estratégia organizada que os dignificasse de novo e que lhes atribuísse uma nova função, esperando-se que a museologia e a pedagogia aliadas à memória pudessem reverter favoravelmente este incerto compasso de espera, como se de um processo natural se tratasse.

A inexistência de um museu de indústria, de âmbito nacional, impossibilita a incorporação e a promoção de uma acção concertada e criteriosa de recolha e de preservação dos objectos que integraram o processo de industrialização em Portugal; em conjugação com a ausência de uma política ou estratégia para o património industrial, por parte dos organismos centrais, constituíram e constituem um ambiente óptimo para a perda deste tipo de espólios. Provavelmente, os equipamentos e máquinas, que sossegados aguardaram uma solução e um destino patrimonial, pereceram no limbo das indecisões inerentes a processos desta natureza.

Se em relação ao espólio fabril e ao arquivo a informação se pulverizara, o conjunto edificado da DIALAP recebera os serviços da RTP/RDP, a partir de 2003/2004, como os estúdios ou os auditórios, função que ainda hoje acolhe². Trata-se de um edifício único no contexto da produção arquitectónica ao serviço do programa industrial. Esta singularidade cedo se identificara. A revista “Arquitectura”, preciosa fonte para o estudo da melhor criação arquitectónica realizada em Portugal, para boa parte do século XX, publicara em 1966 um importante artigo sobre o edifício da então Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes. Este testemunho coetâneo do nascimento de uma obra industrial ressaltara as soluções e opções encontradas para um edifício de referência de âmbito nacional, posicionando-o no contexto da arquitectura dessa centúria.

2. Lapidação de diamantes, uma indústria de excepção

O Secretário de Estado da Indústria, José Ferreira Dias, nome indissociável do surto de industrialização que o país sentira, essencialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, assina o alvará n.º 14, que concederá à DIALAP licença para a instalação de uma indústria de lapidação de diamantes, em regime exclusivo, durante 10 anos. Aprovado pelo conselho de Ministros de 29 de Maio de 1959, este alvará resultou de uma longa caminhada empreendida para a implantação de uma indústria que deveria ser considerada de interesse nacional, em conformidade com a Lei n.º 2052, na sua base VII, datada de Março de 1952. Esta condição plasmara-se no Decreto-Lei n.º 41040, de 15 de Fevereiro de 1957, no seu art.º 3, o qual reporta à decisão do governo em promover “a constituição de uma Sociedade portuguesa

tendo por objecto a instalação e o exercício em Portugal da indústria de lapidação (lapidação) de diamantes”³.

A 31 de Dezembro de 1957, assistira-se, efectivamente, à constituição estatutária da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes, S.A.R.L., concretizando-se o desígnio do Decreto-Lei n.º 41040. A publicação em Diário do Governo n.º 9, III Série, datado de 11 de Janeiro de 1958, da constituição da nova Sociedade, precisou no seu art.º 3 o objecto social desta recente empresa – “instalação e o exercício da indústria de lapidação de diamantes, a compra e a importação destas pedras para lapidar e a sua venda em Portugal ou no estrangeiro depois de lapidadas. É-lhe defeso negociar diamantes em bruto, salvo para os fins acima indicados”⁴.

Constituída a Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes com um capital social no valor de 150.000.000\$00, dividido em 150 mil acções, com um valor nominal de 1.000\$00 cada uma⁵, explicitara-se no artigo 4.º que a sua sede fosse estabelecida em Lisboa – “A sede da Sociedade é em Lisboa, e nesta cidade serão instalados os seus principais escritórios, oficinas e dependências. Poderão ser criadas, no estrangeiro, agências especialmente incumbidas da propaganda, publicidade e venda dos seus produtos”⁶.

Todavia, decorrido o ano de 1958, o alvará de instalação industrial não fora ainda atribuído à DIALAP. Em Janeiro de 1959, em carta dirigida a António de Oliveira Salazar, Ernesto Vilhena, presidente da Sociedade⁷, dá nota do desagrado quanto à demora com que o Estado protelara a emissão de alvará para a instalação desta indústria, alegando “A Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes vem assim, [...] requerer que mediante alvará se definam as condições gerais que devem reger a sua actividade. E, dado que esta haverá de ter lugar em intensa e difícil competição com a de outros países (Bélgica, Israel, Alemanha, Holanda, E.U. da América e União da África do Sul) que presentemente abastecem o mercado mundial, julga indispensável que nesse documento se inscrevam as garantias que, ao abrigo da legislação vigente, lhe podem ser concedidas para realizar com êxito a sua missão económica”⁸.

A exigência de um conjunto de condições e garantias exigidas ao Estado, que assegurassem a viabilidade económica da Sociedade, integrara as preocupações da primeira reunião da sociedade, realizada em Janeiro de 1958. Ernesto Vilhena referira que a DIALAP “deveria beneficiar da protecção da Lei n.º 2.005, de 14 de Março de 1945, sobre o Fomento e Reorganização Industrial. Com efeito, uma das facilidades a que ali se alude para se auxiliar a instalação de novas indústrias é a isenção de impostos do Estado e dos corpos administrativos, salvo o imposto de selo, pelo período de seis anos, a constar do começo da exploração. Trocadas impressões a este respeito, verifica-se que o Conselho é de parecer que a Lei 2.005 é inteiramente aplicável a esta Sociedade, deliberando, portanto, que se diligenciasse obter, para ela, os benefícios louvavelmente estabelecidos naquele diploma”⁹. O alvará, emitido em 1959, ao conceder à Sociedade a exclusividade de explorar a indústria de lapidação de diamantes, por 10 anos, reflectira-se, necessariamente, na proibição da laboração de qualquer oficina, mesmo as de escala doméstica, res-

³ Cf. p. 57, AOS/CO/UL-32.

⁴ Cf. p. 18, AOS/CO/UL-38.

⁵ Deste capital 15.000.000\$00 foram subscritos pelo Estado Português; 15.000.000\$00 pela província de Angola; 20.000.000\$00 pelo Banco de Angola; 20.000.000\$00 pelo Banco Fonsecas, Santos & Vianna; 20.000.000\$00 pelo Banco José Henriques Totta; 24.600.000\$00 pela Companhia de Diamantes de Angola; 20.000.000\$00 pela Diamond Corporation, Lda.; 15.000.000\$00 pelo Banco Burnay; 200.000\$00 por Ernesto de Vilhena e 200.000\$00 por Vasco Luís de Castro. Cf. p. 18, AOS/CO/UL-38.

⁶ Idem.

⁷ Na primeira reunião da Sociedade, realizada a 6 de Janeiro de 1958, escolheu-se o Comandante Ernesto Vilhena para presidente e o Banco de Angola para vice-presidente. Cf. subpasta 3, AOS/CO/UL-38.

⁸ Cf. p. 57, AOS/CO/UL-32.

⁹ Cf. subpasta 3, AOS/CO/UL-38. Sobre a instalação desta indústria em Portugal veja-se a opinião crítica de Cunha Leal, 1959.

¹⁰ Cf. p. 80, AOS/CO/UL-32. O Dr. Ruy Brás Mimoso foi o administrador por parte do Estado, integrando um total de 7 administradores.

¹¹ Em 1917 verificou-se a existência de campos diamantíferos nos vales de alguns rios, como o Cassai. As primeiras descobertas de diamantes ficaram a dever-se à Companhia Belga “Société Internationale Forestière et Minière du Congo”, também designada por Formière; constituindo-se, em 1912, a Companhia de Pesquisas Minerais de Angola (PEMA), cujos sócios fundadores foram o Banco Nacional Ultramarino e a firma Henry Burnay & C.³ (Portugal); a Société Générale de Belgique e a Mutualité Coloniale (Bélgica) e o grupo Ryan-Guggenheim (EUA). A Companhia de Diamantes de Angola – DIAMANG – constituiu-se em 16 de Outubro de 1917, com o capital inicial de 90.000\$00, elevado mais tarde até 294.100.000\$00. A sede da Companhia de Diamantes de Angola estabeleceu-se em Lisboa, possuindo escritórios em Bruxelas, Londres e Nova York. Do seu conselho de Administração fizeram parte dois administradores nomeados pelo governo, tendo sido presidente e administrador – delegado o Comandante Ernesto Vilhena. Cf. Lourenço 1957. Quanto ao fornecimento dos diamantes à DIALAP por parte da DIAMANG, uma das actas do Conselho, datada de 20 de Junho de 1960, refere que “De passagem esclareceu o Sr. Presidente que o novo contrato com a Companhia de Diamantes de Angola, a concluir depois das próximas férias, terá em conta o fornecimento à nossa Empresa de todos os diamantes que, em ritmo crescente, estivermos em condições de lapidar”, Cf. subpasta 6, AOS/CO/UL-38.

¹² Durante 3 meses a Sociedade procurou uma pessoa competente, de preferência engenheiro, para director-geral, acabando por seleccionar o engenheiro de nome Manuel Rey Colaço Menano, de 30 anos de idade. “Enquanto a Sociedade não estiver em marcha a sua actividade industrial, este Director nada tem que dirigir, mas somente conhecer e assimilar tudo o que a diamantes diga respeito, para o que já está reunida uma porção avultada de relatórios, memórias e livros de fundo escolhidos entre os milhares que têm sido publicados sobre esta matéria. Terá o

pondendo positivamente a um dos maiores anseios da Sociedade, a inexistência de concorrência interna. Considerada, simultaneamente, como uma indústria de interesse nacional, a “lapidação de pedras preciosas” foi mencionada no “I Plano de Fomento, 1953-58, Relatório Final de Execução”, publicado em 1959, como uma actividade que se encontrava em fase de instalação.

Efectivamente, no final da década de cinquenta, decorria um processo irreversível para a criação e instalação de uma nova e promissora indústria em Portugal, espectando-se volumosos negócios e lucros. Sendo uma indústria pouco conhecida no país “e de que pouco se conhece aqui; indústria que tem de lutar na conquista de mercados de venda [...], necessita do apoio do Estado”¹⁰. A dimensão económica da DIALAP e a sua garantia de sucesso apreendera-se, também, nos elementos constituintes da Sociedade, entre os quais se destaca o Estado Português e a Companhia de Diamantes de Angola – DIAMANG, produtora dos diamantes a lapidar na nova fábrica¹¹. O Estado assumira, nesta empresa, simultaneamente dois papéis, o de accionista e o de proteccionista.

A excepionalidade desta indústria residira, igualmente, no valor da matéria-prima a trabalhar; nos processos técnicos inerentes ao seu funcionamento; e ainda nos conhecimentos especializados realizados por parte dos trabalhadores, conjunto de factores que constituíram desafios quanto à actualização de saberes e de tecnologias introduzidos em Portugal, durante a fase de instalação e de laboração da DIALAP, e que contribuíram, determinadamente, para a modernização deste sector no país. Várias viagens foram empreendidas pelos administradores da DIALAP e pelo recém-nomeado director-geral da fábrica, Eng.º Menano¹², a lapidarias da Bélgica, Holanda, Israel ou Suíça, estabelecendo contactos preciosos, para a fábrica de Lisboa, com técnicos especializados, com construtores de máquinas e com representantes de algumas das principais empresas internacionais – Oppenheimer – De Beers; Anglo-American Corporation; Diamond Corporation, etc. Muitos destes conhecimentos plasmaram-se no “Organigrama” fabril apresentado pelo director-geral da fábrica na 12.ª Sessão do Conselho de Administração, realizada a 20 de Junho de 1960. Este Organigrama fora elaborado “sobre a base do emprego de 500 operários, com todas as divisões e subdivisões necessárias, e um “Diagrama de Operações”, sobre o qual deu todos os esclarecimentos [...]”¹³. Entre várias medidas empreendidas pela Sociedade para procurar pessoal qualificado para a sua fábrica, refira-se a contratação de David Landau, grande e rico negociante americano de diamantes, com fábricas em nova York e Johannesburg, peça fundamental para assegurar a competência técnica da indústria a instalar¹⁴.

Apesar do processo singular da instalação da fábrica de lapidação de diamantes e da novidade tecnológica inerente à sua laboração, no contexto do país nos anos 60, a emergência da DIALAP inscrevera-se num processo de industrialização iniciado através das Leis n.º 2.002 (1944) e n.º 2.005 (1945) e, mais concretamente, com a adopção dos Planos de Fomento aprovados a partir de 1951, independentemente desta indústria não se integrar no quadro das indústrias base defendidas por Ferreira do Amaral¹⁵.

3. Um lugar na cidade de Lisboa e a construção da DIALAP

O Plano Director da Urbanização de Lisboa, da autoria do urbanista Etienne de Gröer, datado de 1948, considerou a indústria um elemento de dignificação urbana. A concepção de que o programa industrial simbolizava a modernidade e exaltava valores estéticos, técnico-científicos e sociais, relevantes para o bem-estar da sociedade de então, correspondera a um tempo que procurou sintetizar no desenho urbano anseios e práticas que há muito preocupavam arquitectos, urbanistas, industriais e políticos mais esclarecidos.

Pensar a cidade nas décadas de 30, 40, 50 e ainda 60, do século xx, implicara pensar o fenómeno da industrialização. Certamente, as diversas e complexas mudanças tecnológicas ocorridas possibilitaram, neste período, uma convivência mais harmoniosa da indústria no espaço urbano. Parafraseando Ferreira do Amaral, na sua obra “Industrialização e Urbanismo” (1958), mais indústria é sinónimo de mais urbanismo. As diversas alterações ocorridas no programa industrial, por via da introdução da electricidade, enquanto força motriz, da maior relação entre ciência e técnica e da adopção de novos materiais de construção, como o betão armado, poderão explicar a melhor aceitação das fábricas nas cidades.

“Os Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa” da autoria do engenheiro António Emídio Abrantes, documento fundamental para a elaboração do futuro Plano de De Gröer, retrataram, 10 anos antes, a cidade marcada pela industrialização associada à época do vapor, assinalando as fábricas mais relevantes para o período em questão, em freguesias como as de Alcântara ou Xabregas, e outras de menor dimensão pulverizadas um pouco por toda a cidade. O Plano director de 1948 representou uma mudança de paradigma urbano para Lisboa. Este instrumento de gestão, que compreendeu a cidade de um modo global, equacionou diversas propostas funcionais para o território de Lisboa, sendo muitas delas, como a industrial, articulada com as actividades dos concelhos que envolviam a capital. As soluções encontradas, para compatibilizar o programa industrial na cidade, condensaram, no que se refere ao programa industrial, conceitos como o *zoning* ou soluções ensaiadas nas *news towns* inglesas ou ainda na Carta de Atenas¹⁶.

Para uma indústria da segunda geração industrial definiu-se a Oriente da cidade a nova zona industrial que beneficiava de um conjunto de modernas infra-estruturas, como a estação elevatória dos Olivais (1948), a subestação de Moscavide (1951), o aeroporto (1942) e a auto-estrada do norte (1961).

Articulada com o Plano dos Olivais Sul (aprovado em Dezembro de 1960), nascera na cidade uma área vocacionada para a moderna indústria assente em dois eixos viários estruturantes – as Avenidas Marechal Gomes da Costa e Infante D. Henrique – e que relacionaram a oriente uma Lisboa moderna vocacionada para o Homem Moderno, onde a preocupação com uma certa unidade ao nível do ambiente urbano

jovem director geral de especializar-se, em suma, em um ramo de actividade de múltiplos aspectos e de muito difícil manejo na sua prática, como é a compra de diamantes em bruto, para o efeito do seu aproveitamento por meio de diversas operações contidas na simples palavra de lapidação, e a reclassificação do produto obtido, a fim de se lhe fixarem preços de venda consoante o merecimento real das pedras, ou aquele que lhe atribuímos de acordo com as condições do mercado em que tenham de ser colocadas etc.. e este ensinamento a que me refiro não poderá ser obtido só pela leitura, aqui, mas também mediante frequência de centros fabris e de venda no estrangeiro, onde tencionamos enviá-lo no momento próprio. Ao Director-geral foi fixado o vencimento mensal de 8.000\$00, o mesmo que, segundo sua declaração, depois confirmada por terceiro, ele tinha na Companhia Inglesa em que aqui trabalhava (The Engineering Company of Portugal, Ltd)”, Cf. pt. 1, AOS/CO/UL-38.

¹³ Cf. subpasta 6, AOS/CO/UL-38.

¹⁴ O ensino da classificação de diamantes e a experimentação nas áreas da lapidação e da serra-gem integraram o programa preparatório para a instalação da DIALAP. Na sessão de 16 de Agosto de 1960, é referida a “resolução de instalar, desde já, em Lisboa, em um pequeno local adequado, e já alugado, uma oficina com um Mestre e 4 operários estrangeiros, para iniciar trabalhos de lapidação com pedras que a “Diamond Corporation” nos venderá, enquanto não conseguirmos montar, com aprendizes portugueses, que estão sendo instruídos em Londres, as operações de classificação dos diamantes da nossa produção, o que só dentro de um ano poderá ter realização prática”, cf. subpasta 8, AOS/CO/UL-38.

¹⁵ I Plano de Fomento (1953-1958); II Plano de Fomento (1959-1964); Plano Intercalar de Fomento (1965-1967); III Plano de Fomento (1968-1973).

¹⁶ Sobre este assunto veja Folgado, 2012.

¹⁷ Folgado, 2012, 142.

¹⁸ Cf. p. 216, AOS/CO/UL-38.

se manifestou. “As preocupações com a imagem urbana da zona industrial, essencialmente na Lisboa oriental, foram tão necessárias quanto as manifestadas na área ocidental mais vocacionada para o lazer e o turismo. Esta foi a zona de saída da capital para norte e para o estrangeiro. Se a ocidente turistas chegavam a Lisboa pela barra do Tejo e aportavam nas modernas gares marítimas, a oriente os turistas e os empresários desembarcavam no aeroporto servido por avenidas largas”¹⁷. O lugar para a construção da moderna indústria fora encontrado na cidade. A edificação do programa fabril, no âmbito do Plano de 1948, ficou sujeita ao “Regulamento do Talhamento do Terreno” para as zonas industriais e portuárias, tendo em conta as classes industriais e as regras de implantação das fábricas nos lotes industriais, procurando-se uma harmonização entre as preocupações de âmbito tecnológico, produtivo, construtivo, estético e humano. Pela primeira vez, o Plano de 1948 fomentara a construção das fábricas na cidade, valorizando, simultaneamente, esta função e uma certa imagem de indústria inspirada na “fábrica verde” de Le Corbusier.

A DIALAP fixou a modernidade industrial num dos principais eixos da cidade eleitos para a nova indústria – a Av. Marechal Gomes da Costa. A excepionalidade da indústria aliada a um edifício, que se adivinhava cuidado, constituíram condições óptimas que, à partida, respondiam exemplarmente ao conceito do Plano de 1948 e às exigências do regulamento de edificação para as zonas industriais. Todavia, a selecção de um espaço para a construção da DIALAP na cidade, concretizando o conteúdo do art.º 4, publicado no Diário do Governo n.º 9, de 11 de Janeiro de 1958, revelou-se um processo demorado e difícil.

Durante todo o ano de 1958 e, ainda em 1959, as actas de diversas reuniões do conselho de administração da DIALAP mostraram uma enorme preocupação, relativa à selecção dos terrenos para a construção da fábrica. Sendo o Estado accionista da DIALAP e encontrando-se criada uma zona industrial na cidade para a edificação fabril, revelou-se estranho que entre as diversas pesquisas realizadas pela empresa não tivessem sido incluídos os lotes industriais dos Olivais. Circunstância que poderá evidenciar que as principais preocupações dos industriais continuaram centradas nos equipamentos tecnológicos e nos trabalhadores, e, neste caso, no edifício, manifestando desatenção para com o espaço urbano.

Na 5.ª sessão do conselho de administração, realizada a 22 de Julho de 1958, a escolha de terrenos para a construção das oficinas revelou-se um dos pontos mais importantes em discussão. Ernesto Vilhena referia que tinha “presente uma relação dos terrenos de maior interesse, que mandara fazer ao Eng.º Menano [...], e que no passado dia 16, acompanhado pelo colega Sá Carneiro e aquele engenheiro, dera uma volta por todos eles para apreciar os prós e os contras de cada um”¹⁸. A “Relação dos Terrenos em estudo para a instalação da DIALAP”, datada de 15 de Junho, de 1958, elencava 7 áreas possíveis para a edificação da fábrica – Av. 24 de Julho (Sociedade Guérin Lda. / 36.000\$00); Rua das Amoreiras, (família Andrade e Souza / 10.000\$000); Calçada das Lages (firma G. H. Hall Lda. / 6.000\$00); Av. Duarte Pacheco (Iris Lda. / 16.000\$00); Rua S. Francisco de Sales (Iris Lda. / 13.000\$00)



Figs 2 e 3 – DIALAP, maquete à escala 1/200, realizada por Ticiano Violante. AOS/CO/UL-38. DGLAB/TT.

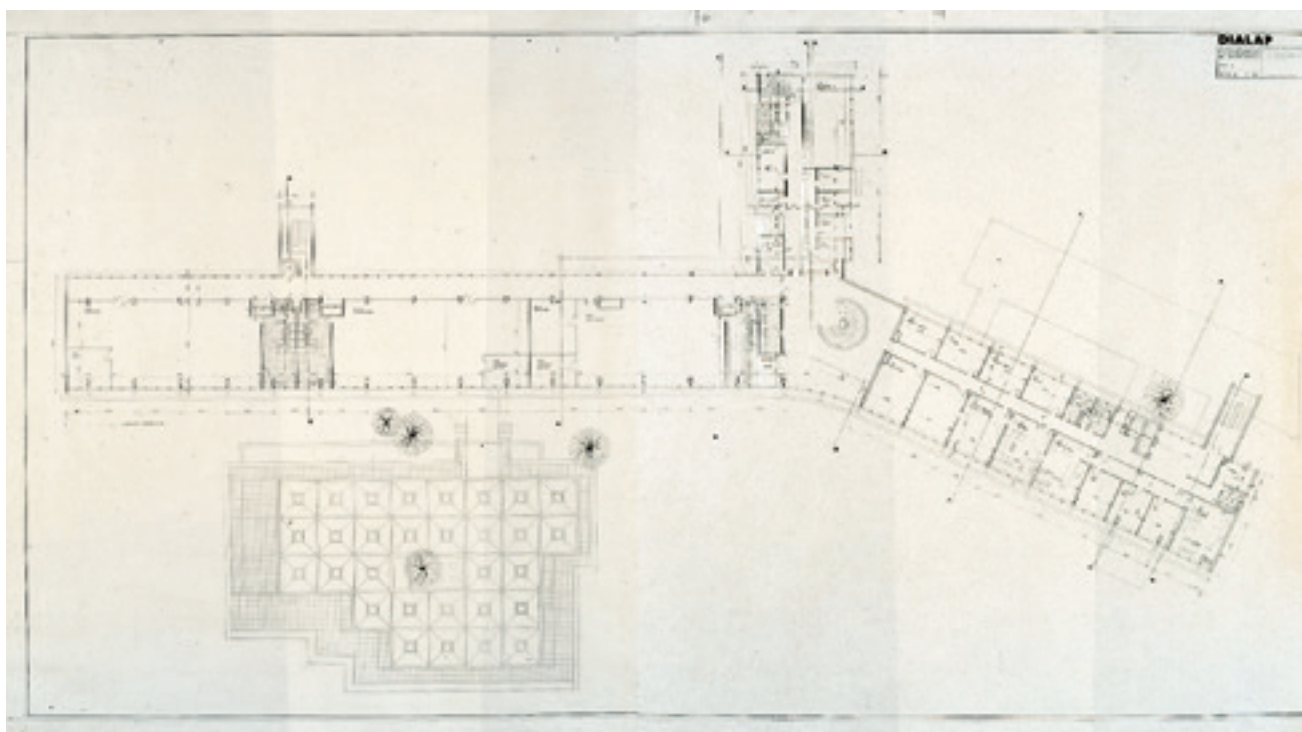
¹⁹ Cf. pp. 119, 120, AOS/CO/UL-38.

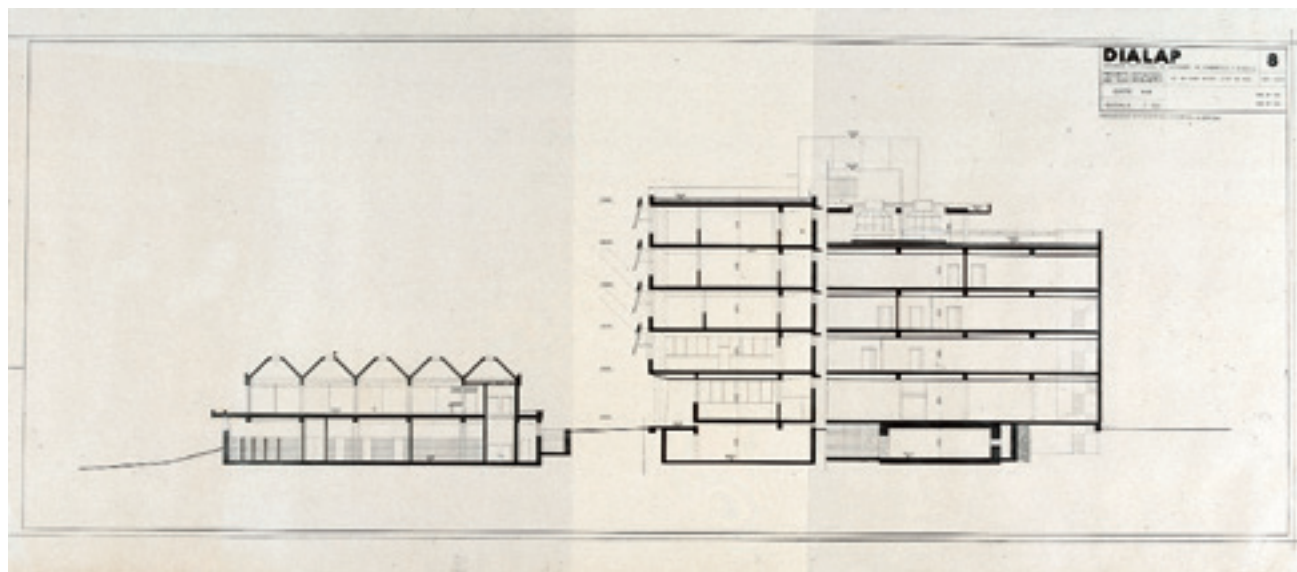
²⁰ Cf. pp. 218, 219, AOS/CO/UL-38.

e Rua Castilho (Iris Lda. / ?)¹⁹. Das várias propostas apresentadas, o interesse, por parte do conselho, recaiu no terreno localizado na Calçada das Lages, com cerca de 7.000 m², e cercado pela muralha do antigo Forte de St.^a Apolónia, apesar da existência de outros projectos insertos no Plano de Urbanização para o local e da Câmara Municipal não se mostrar muito receptiva, por se tratar de um sítio com valor histórico. Este último aspecto foi mesmo desconsiderado na reunião: “Parece que a Câmara receia que a nossa ocupação possa prejudicar o aspecto histórico do forte, suposição errada, pois, frizou o Sr. Presidente, ninguém o cuidaria melhor do que nós, e se impunha pedir com insistência aquele plano de que temos necessidade, alegando mesmo interesse nacional da nossa indústria”²⁰.

Já na sessão de 4 de Junho, o director-geral informara que na zona industrial, nos Olivais, os terrenos vendiam-se a 170 e 200\$00 o metro quadrado, todavia o administrador Dr. Braz Mimoso considerou que Alvalade teria outras vantagens, por se encontrar perto do Aeroporto, por onde normalmente se faria a entrada de diamantes em Portugal, opinião que contribuiu para a elaboração da relação apresentada um mês depois. Contudo, a escolha da aquisição do terreno para a construção da DIALAP recaía, efectivamente, no lote de terreno 625, da então designada II Circular, futura Av. Marechal Gomes da Costa. Este lote, vocacionado para o programa industrial, recebeu uma fábrica “total”. A preocupação dos encomendadores e dos arquitectos em responder de forma integrada aos desafios colocados, à época, pela moderna indústria, viabilizou a realização de uma obra que articulou diversas preocupações relacionadas com – a qualidade do espaço de fabrico, as condições

Fig. 4 – DIALAP. Projecto definitivo, planta. 1965. AML.





de produção, a actividade do trabalhador e a melhoria constante do produto obtido –, não esquecendo o contacto com a natureza, condição inerente ao trabalho do operário da segunda revolução industrial.

Fig. 5 – DIALAP. Projecto definitivo, cortes. 1965. AML.

4. Uma fábrica, um edifício, um modelo

Com a construção da DIALAP, os arquitectos Carlos Manuel Ramos e António Teixeira Guerra pretenderam desenvolver um arquétipo para a indústria de lapidação de diamantes, que pudesse inspirar obras a nível internacional. Na memória descritiva mencionaram que “a criação da indústria de lapidação de diamantes entre nós representará, certamente um facto notável da nossa vida económica, e a escala em que se pretende instalar essa indústria, escala tentada mundialmente pela primeira vez, chamará certamente sobre ela e sobre as suas instalações a atenção de todos aqueles que a ela se dediquem e daqueles que formam a rede do comércio mundial”²¹.

O diálogo estabelecido entre o programa e o partido arquitectónico baseou-se em toda a informação detalhada, técnica e funcional fornecida pela administração da DIALAP e pelo director-geral que apresentara, em Junho de 1960, as Bases para o projecto das instalações da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes. Diversas propostas foram pensadas para o terreno disponível – dispersa, obedecendo a uma lógica de funcionamento mais tradicional, organizada em unidades de pequenas dimensões; em dois corpos, apostando em naves com *sheds* para as

²¹ Cf. processo de obra n.º 38.797.

²² Cf. subpasta 5, AOS/CO/UL-38. Decidiu-se nesta sessão pela execução de uma maquete, à escala 1/200, realizada por Ticiano Violante. Para a elaboração deste texto procedeu-se a uma pesquisa no arquivo do IHRU, localizado no Forte de Sacavém, onde se encontra depositado o espólio do Carlos Manuel Ramos e de seu pai. Todavia, a pesquisa efectuada não trouxe grande contributo aos dados já recolhidos, uma vez que só se teve acesso às peças desenhadas, encontrando-se toda a documentação escrita e fotográfica com a família. Apesar do esforço desenvolvido para contactar a família, não obteve qualquer resposta à solicitação de consulta requerida para a documentação em falta.

²³ Folgado, 2012, 239.

oficinas e num volume mais elevado para os escritórios; ou através de um corpo que integrasse as várias funções requeridas.

A 24 de Outubro de 1960, a reunião da 14.^a sessão, realizada com a presença dos arquitectos, versou fundamentalmente sobre a apresentação do projecto da DIALAP, “baseado no “partido” anteriormente aprovado pelo Conselho, seguiu o programa que lhes foi fornecido com toda a possível precisão e consta de plantas, cortes e alçados, além de uma memória descritiva”²².

Tendo o arquitecto Carlos Manuel Ramos trabalhado com o seu pai, Carlos Chambers Ramos, num programa industrial implantado no mesmo eixo viário, os laboratórios Pasteur, verificou-se uma certa similitude conceptual entre os dois projectos, quanto à optimização do programa fabril através do partido arquitectónico e da valorização do recinto exterior da fábrica com base na paisagem, opções plenamente exploradas na DIALAP.

A manutenção do relevo original do terreno, integrando-o e valorizando-o, além de apresentar custos mais baixos, permitiu a criação de um parque que circundou o edifício, alcançando-se um conjunto mais harmonioso entre o edificado, o território e a paisagem. O volume da DIALAP, desenvolvido em forma de Y ou de estrela de 3 pontas, pareceu moldar-se ao terreno, bem como o corpo dos refeitórios, originando um diálogo de pertença entre os elementos construídos e naturais. A sinuosidade alcançada com a solução em Y acentuou mesmo o movimento de todo o conjunto. Estimou-se que nos três corpos que compuseram o edifício da DIALAP pudessem vir a trabalhar 2.500 pessoas. A proposta em Y permitia responder à compatibilização de diversas funções e dos requisitos inerentes ao trabalho com os diamantes. “Efectivamente, só o conhecimento orgânico do programa da indústria permitiu apreender a essência da fábrica deste período. Explicitado por Frederick Taylor o princípio básico da separação do corpo produtivo, do administrativo e do técnico [...] será, contudo, a DIALAP, a fábrica que melhor conformou a ideia de modernidade industrial”²³, cumprindo o conceito de indústria difundido pela Fábrica Van Nelle (1926-1931).

Os três corpos articularam-se por um eixo distributivo vertical – a escultural escada helicoidal – que ligou os diversos pisos, as distintas áreas de trabalho integradas em cada um dos volumes, permitindo, simultaneamente cumprir apertadas normas de segurança e de circulação. Acusado no partido arquitectónico, este eixo organizou a nascente os corpos flectidos (5 pisos) da administração e da fábrica, no qual se localizaram as serrarias (5 salas), a lavagem de pedras e recuperação de pó de diamante e as salas de lapidação e facetagem, que ocuparam os três últimos pisos; enquanto a norte localizou-se o braço (4 pisos) com as funções de classificação, planificação e vendas, tarefas tão exigentes que não podiam ser realizadas com a incidência de outra luz, comportando na cave o bloco da casa forte.

A utilização de uma estrutura porticada em betão armado facilitou a organização interna do espaço, contribuindo também para definir uma das principais idiosincrasias edificantes deste edifício, a extensa galeria coberta obtida através dos elegantes *pilotis* assumidos ao longo da fachada nascente. Fachada que beneficiou de amplos envidraçados, menos presentes no volume fabril devido à utilização de

estores móveis de alumínio. Esta solução de ensombramento revelou uma sábia apropriação do corpo da fábrica acentuando, por um lado as linhas horizontais da fachada nascente, e, por outro, a plasticidade do conjunto através da presença de diferentes materiais e do jogo de claros-escuros.

Assumindo o desnível dos pisos entre o corpo norte e os volumes a nascente, o partido arquitectónico adoptou a cobertura em laje, formando terraço, o que permitiu ainda a discreta inserção de um restaurante na ala da administração. A solução em laje consolidou a imagem de um volume puro, oblongo, colocado perpendicularmente à Av. Marechal Gomes da Costa, exaltando à cidade a modernidade de uma indústria e de um partido arquitectónico amadurecido e idealizado para o bem-estar do trabalhador.

Com a DIALAP Lisboa recebera, inequivocamente, um programa industrial de ponta, integrado num dos edifícios mais representativos da arquitectura industrial produzida em Portugal. ●

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Estúdio Mário Novais e Maqueta

Processo de obra n.º 38797, Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes, Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 37, 12 volumes.

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Torre do Tombo

Arquivo Oliveira Salazar

AOS/CO/UL – 32

AOS/CO/UL – 38

Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte

Estúdio Mário Novais

DIALAP

Maqueta – CFT003 035406.ic; CFT003 035407.ic; CFT003 035411.ic.

Bibliografia

ABRANTES, António Emídio. 1938. Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa. Lisboa: CML, Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras.

Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG). Breve notícia sobre a sua actividade em Angola. 1963. Lisboa: Tip. Silvas, Ld.^a.

FOLGADO, Deolinda. 2013. LX Factory, uma atmosfera líquida em Alcântara. RP-Revista Património. Lisboa: DGPC: 148-153.

FOLGADO, Deolinda. 2012. A nova ordem industrial no Estado Novo. Da Fábrica do Território de Lisboa, 1933-1968. Lisboa: Livros Horizonte.

FOLGADO, Deolinda. 2005. O lugar da indústria no território. A Arquitectura da Indústria, 1925-1965. Barcelona: Docomomo Ibérico: 80-93.

FOLGADO, Deolinda; Custódio, Jorge. 1999. Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial. Lisboa: Livros Horizonte.

GRÖER, Ettiene de. 1948. Plano Director de Lisboa. Modo actual de construir. Lisboa: [s.n].

LEAL, Cunha. 1959. Coisas do Tempo Presente. Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG). Lisboa: Edição do autor, 2.^a edição.

LOURENÇO, José Pires. 1957. A Exploração dos Diamantes em Angola. Lisboa: Editorial Império.

RAMOS, Carlos Manuel; Guerra, António Teixeira. 1966. Edifício da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes, S. A R.L. Arquitectura. Lisboa: [s.n.]. Março-Abril, n.º 92: 63-72.

Revista Auge. 1962. México: [s.n.]: 380-392.

TOSTÕES, Ana, Coord. 2003. Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970. Lisboa: IPPAR.